

# Paranaguá Saneamento S.A.

CNPJ/ME: 01.691.945/0001-60

Balanco patrimonial - 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais				Demonstração dos fluxos de caixa							
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023	Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
								Nota	2024	2023	
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.313	779	Fornecedores e outras contas a pagar	11	19.945	17.198				
Aplicações financeiras	7	18.499	79.024	Fornecedores - risco sacado	11	671	110				
Depósitos bancários vinculados	8	25.176	-	Empréstimos e financiamentos	12	-	1.436				
Contas a receber e outros recebíveis	9	11.131	10.130	Passivo de arrendamento		925	365				
Impostos e contribuições a recuperar		1.356	3.055	Debêntures	13	62.839	39.256				
Outros ativos		1.829	1.949	Obrigações fiscais		1.978	2.059				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>66.304</b>	<b>94.937</b>	Outras obrigações		2.814	2.904				
<b>Não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>89.172</b>	<b>63.328</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Não circulante</b>							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	44.154	31.752	Fornecedores e outras contas a pagar	11	-	424				
Outros ativos		955	955	Empréstimos e financiamentos	12	144.577	175.314				
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>45.109</b>	<b>32.707</b>	Passivo de arrendamento		24	-				
Imobilizado		3.939	3.621	Debêntures	13	281.739	295.141				
Ativos de direito de uso		934	360	Provisão para perdas com causas judiciais	14	1.089	808				
Intangível e ativo de contrato	10	400.473	377.547	Outras obrigações		36	205				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>450.455</b>	<b>414.235</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>427.465</b>	<b>471.892</b>				
				<b>Total do passivo</b>		<b>516.637</b>	<b>535.220</b>				
				<b>Patrimônio líquido/passivo a descoberto</b>							
				Capital social	15 a.	78.236	28.236				
				Prejuízos acumulados		(78.114)	(54.284)				
				<b>Total do patrimônio líquido/passivo a descoberto</b>		<b>122</b>	<b>(26.048)</b>				
				<b>Total do passivo, patrimônio líquido e do passivo a descoberto</b>		<b>516.759</b>	<b>509.172</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado				Demonstração do resultado abrangente							
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais				Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais							
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Custo dos serviços prestados	4	(93.840)	(88.184)	Outros resultados abrangentes		-	-				
<b>Lucro bruto</b>		<b>48.092</b>	<b>50.079</b>	<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(23.830)</b>	<b>(17.871)</b>				
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>											
Despesas administrativas e gerais	4	(20.164)	(19.474)								
Outras receitas líquidas		124	114								
<b>Resultado antes do resultado financeiro, líquido</b>		<b>(20.400)</b>	<b>(19.360)</b>								
Recargas financeiras	5	6.625	9.429								
Despesas financeiras	5	(70.909)	(67.217)								
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(64.284)</b>	<b>(57.788)</b>								
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(36.232)</b>	<b>(27.069)</b>								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	12.402	9.198								
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(23.830)</b>	<b>(17.871)</b>								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

**1. Informações sobre a Companhia:** 1.1. **Informações gerais:** A Paranaguá Saneamento S.A. "Companhia", está localizada na Avenida Vieira dos Santos, nº 333, na cidade de Paranaguá, estado do Paraná. A controladora direta da Companhia é a Iguá Saneamento S.A. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 28 de março de 2025. 1.2. **Contexto operacional:** A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a captação de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos. A Companhia iniciou suas atividades em 30 de dezembro de 1996 com a assinatura do Contrato de Subconcessão da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgoto sanitário no perímetro urbano da cidade de Paranaguá - Paran. Em maio de 2008, o controle foi adquirido pela Iguá Saneamento S.A., juntamente com o Contrato de Subconcessão. Em novembro de 2011, o contrato de Subconcessão foi alterado e seu prazo aditado em 240 meses, portanto, a Companhia vai operar o sistema até 2045. 1.3. **Continuidade operacional:** A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo: crescimento contínuo das operações e melhoria na gestão de capital de giro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$23.830 (R\$17.871 em 31 de dezembro de 2023) e apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$22.868 (positivo no montante de R\$31.609 em 31 de dezembro de 2023), decorrente, principalmente, do passivo referente às debêntures intragrupo. A Administração avaliou a capacidade da Companhia de manter suas operações de forma regular e concluiu que existem recursos suficientes para assegurar a continuidade de seus negócios no futuro. Além disso, caso haja alguma necessidade específica de suporte, a Companhia pode contar com o respaldo de sua acionista Iguá Saneamento S.A.. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis:** 2.1. **Base de elaboração:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia possui um único segmento operacional, sendo ele a concessão. 2.2. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. • Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. • Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants - As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante. • Alterações à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback" - As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações trazidas

acima não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. 2.3. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R3) e a ICPC 09	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	01/01/2025
Alterações à IAS 21	Falta de conversibilidade	01/01/2025
Alterações ao CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Acordos de Financiamento de Fornecedores e Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	01/01/2025
OCPC 10	Créditos de Carbono (IC02e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBI0)	01/01/2025

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. 2.4. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 - Tributos. Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar. Estes prejuízos não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. • Nota explicativa nº 3 a - Receitas ainda não faturadas. Para os períodos entre a data da última leitura e a data das demonstrações financeiras, a Companhia estima em bases mensais a receita ainda não lida e faturada. • Nota explicativa nº 9 - Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Na data de relatório, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. • Nota explicativa nº 10 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para os próximos cinco anos. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. • Nota explicativa nº 14 - Provisões para perdas com causas judiciais. A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3. **Receita operacional líquida:** 3.1. **Política contábil:** A Companhia apresenta suas receitas líquidas dos impostos, abatimentos e cancelamentos e reconhece quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. A receita oriunda de faturamento para clientes inadimplentes a partir de 360 dias e para clientes inadimplentes acima de 180 dias com histórico de inadimplência em anos anteriores, não é reconhecida por existir incerteza significativa sobre o recebimento de sua contraprestação. a) **Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:** As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. O reajuste das

tarifas cobradas em virtude da prestação dos serviços é realizado anualmente, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão e depende de homologação da Agência Reguladora. b) **Contratos de concessão de serviços e construção:** A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado considerando margem zero. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo de contrato e subsequentemente como um ativo intangível à medida em que a Companhia recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. c) **Receita de serviços de operação:** A receita de serviços corresponde aos serviços prestados de manutenção, serviços auxiliares como instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

### 3.2. Composição

	2024	2023
<b>Receita líquida</b>		
Água	71.112	65.462
Esgoto	40.643	36.710
Construção	40.883	43.976
Serviços	3.840	4.315
Abatimentos e cancelamentos	(4.191)	(2.526)
<b>Total da receita operacional</b>	<b>152.287</b>	<b>147.937</b>
Impostos sobre serviços	(10.355)	(9.674)
<b>Total da receita operacional líquida</b>	<b>141.932</b>	<b>138.263</b>

### 4. Custos e despesas

	2024	2023
<b>Natureza dos custos e despesas por natureza</b>		
Custo de construção	(40.883)	(43.976)
Depreciação e amortização	(19.712)	(15.993)
Serviços de terceiros	(14.241)	(14.313)
Pessoal	(22.688)	(18.055)
Outorga e taxas de fiscalização	(4.399)	(4.021)
Energia elétrica	(4.393)	(4.039)
Materiais	(4.214)	(4.401)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(1.005)	(689)
Outros custos e despesas	(2.529)	(2.161)
<b>Total</b>	<b>(114.004)</b>	<b>(107.658)</b>
Custo dos serviços prestados	(93.840)	(88.184)
Despesas administrativas e gerais	(20.164)	(19.474)

**5. Resultado financeiro:** 5.1. **Política contábil:** Compreendem principalmente os valores de juros sobre aplicações financeiras e contas a receber de clientes e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

### 5.2. Composição

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre contas a receber de clientes	1.847	1.631
Juros de aplicações financeiras	4.445	7.570
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	310	227
Outras receitas financeiras	23	1
<b>Total</b>	<b>6.625</b>	<b>9.429</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(26.329)	(28.510)
Juros sobre empréstimos e debêntures com partes relacionadas	(39.387)	(37.187)
Juros sobre arrendamento	(55)	(21)
Remuneração debêntures (waiver)	(3.205)	-
Comissões e despesas bancárias	(1.306)	(1.045)
Outras despesas financeiras	(627)	(454)
<b>Total</b>	<b>(70.909)</b>	<b>(67.217)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(64.284)</b>	<b>(57.788)</b>

**6. Imposto de renda e contribuição social:** 6.1. **Política contábil:** a) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou

passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. **6.2. Composição:** Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>						
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	59.866	49.136	-	-	10.730	8.867
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e receita não reconhecida	4.291	3.477	-	-	814	(168)
Arrendamentos	5	2	-	-	3	1
Provisão para perdas com causas judiciais	370	275	-	-	95	24
Outras provisões	169	146	-	-	23	5
Custo de transação de empréstimos	-	-	179	208	29	30
Intangível líquido - contratos de concessão	-	-	755	805	50	5
Direitos a faturar	-	-	1.824	1.642	(182)	(406)
Juros capitalizados	-	-	10.124	10.593	469	469
Ágio sobre aquisições	-	-	7.665	8.036	371	371
	64.701	53.036	20.547	21.284	12.402	9.198
Compensação (*)	(20.547)	(21.284)	(20.547)	(21.284)	-	-
<b>Total líquido</b>	<b>44.154</b>	<b>31.752</b>	-	-	<b>12.402</b>	<b>9.198</b>

(\*) Saldo de ativo e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. As diferenças temporárias dedutíveis e os juros tributáveis acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

**Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva**

	2024	2023
Resultado do exercício antes dos impostos	(36.232)	(27.069)
Alíquota nominal	34%	34%
<b>Despesa/crédito com imposto a alíquota nominal</b>	<b>12.319</b>	<b>9.203</b>

**Ajuste do imposto de renda e contribuição social**

Despesas não dedutíveis	(37)	(85)
Outras	120	80
<b>Total de despesas com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>83</b>	<b>(5)</b>

Imposto diferido

	12.402	9.198
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>(34%)</b>	<b>(34%)</b>

**Cronograma de realização:** Os impostos diferidos ativos foram constituídos, substancialmente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

**Realização do imposto de renda diferido do ativo**

	2024	2023
2031 em diante	44.154	44.154
<b>Total</b>	<b>44.154</b>	<b>44.154</b>

**7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** 7.1. Política contábil: a)

Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são regularmente em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. b) Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento exclusivo com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação em fundos de investimento de característica multimercado com risco moderado, entende que estes podem sofrer mudança relevante de valor dada a cotação de tais títulos, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa.

**7.2. Composição**

**Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e bancos

Operações compromissadas

**Total**

**Aplicações financeiras**

Fundos de investimento (\*)

**Total aplicações financeiras**

**Total**

(\*) Fundo de investimento exclusivo do Grupo Igua, cuja composição refere-se principalmente a aplicações em outros fundos de investimento não exclusivos de renda fixa referenciados ao DI. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, riscos de crédito, liquidez e análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº 17. O fundo de investimento contido na linha de aplicações financeiras é, majoritariamente, de renda fixa do tipo FIC, remunerado em condições e taxas normais de mercado. **8. Depósitos bancários**: Depósitos bancários vinculados em 31 de dezembro de 2024 referem-se a montantes retidos na Companhia relativos à constituição de conta reserva de recursos equivalentes a próxima parcela vencida do serviço da dívida da 2ª emissão de debêntures enquanto o rating da emissão permanecer em um nível inferior a A+, a próxima avaliação está prevista para ocorrer em setembro de 2025.

**Depósitos bancários vinculados**

Certificados de depósito bancário

**Total**

**9. Contas a receber e outras recebíveis:** 9.1. Política contábil: Correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto, construção e operação no curso normal das atividades da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas sobre o saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas, onde 100% dos títulos vencidos acima de 180 dias são reconhecidos como perdas e para as demais faixas de vencimento e a vencer é aplicado um percentual médio determinado com base no histórico de inadimplência de cada faixa.

**9.2. Composição**

Contas a receber de saneamento e serviços

Direitos a faturar (\*)

**Total contas a receber**

(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

Operações mensais - partes relacionadas

Outros

Circulante

**Total**

(\*) São os serviços prestados e ainda não faturados, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras. A composição por vencimento das contas a receber de saneamento e serviços e direitos a faturar é como segue:

**2024**

**2023**

A vencer

Vencidos até 30 dias

Vencidos entre 31 e 60 dias

Vencidos entre 61 e 90 dias

Vencidos entre 91 e 120 dias

Vencidos entre 121 e 150 dias

Vencidos entre 151 e 180 dias

Vencidos acima de 181 dias

**Total**

O movimento nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa em relação ao saldo a receber e outros recebíveis durante o exercício é como segue:

**Saldo em 1º de janeiro de 2023**

Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida

**Saldo em 31 de dezembro de 2023**

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa reconhecida

**Saldo em 31 de dezembro de 2024**

Não exercidos finds em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve baixas de perdas efetivas de recebíveis de clientes.

**10. Intangível e ativo de contrato:** 10.1. Política contábil: Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo,

deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*). Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é iniciada no mês subsequente a data de aquisição ou do término das obras, é reconhecida no resultado de forma linear e não ultrapassa o prazo final da concessão. Os custos de empréstimos são capitalizados no período entre o início da obra até o ativo ficar em condições de uso pela Companhia e essa capitalização é suspensa caso seja suspenso o desenvolvimento do ativo por mais de 30 dias. Os juros sobre as captações utilizadas para pagamento da outorga fixa não são capitalizados.

**10.2. Composição:** a) Valor contábil

	Ativo de contrato (obras em andamento)	Outorga concessão	Software	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>244.084</b>	<b>79.538</b>	<b>24.725</b>	<b>95 348.442</b>

Adições

Transferências

Amortização

**Saldo em 31 de dezembro de 2023**

Adições

Transferências

Amortização

**Saldo em 31 de dezembro de 2024**

(i) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

**Taxa média de amortização % a.a. (\*)**

**2023**

**2024**

Benefitorias em imóveis de terceiros

Rede de Esgoto

Rede de Água

Máquinas, aparelhos e equipamentos

Custo de empréstimos

Juros capitalizados

**Total**

Amortização

**Total**

**Taxa média de amortização % a.a. (\*)**

**2022**

**2023**

Benefitorias em imóveis de terceiros

Rede de Esgoto

Rede de Água

Máquinas, aparelhos e equipamentos

Custo de empréstimos

Juros capitalizados

Outros

**Total**

Amortização

**Total**

(\*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões. (ii) Outorga de Concessão: Refere-se ao direito de exploração de contrato de concessão adquirido de terceiro.

**Operação com concessão**

Paranaguá Saneamento S.A. 2045

Amortização acumulada

**Total líquido**

b) Amortização: O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização de gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou de término das obras. c) Teste por redução ao valor recuperável: A Companhia avalia anualmente a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (UGC), descontado pela taxa WACC, calculada com base em premissas de mercados comparáveis. A Companhia considera como UGC o direito de concessão registrado no intangível. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: \* Receitas - foram projetadas entre 2025 e o término do período de concessão, considerando os reajustes tarifários ordinários, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto e crescimento vegetativo previstos no plano de negócio da UGC. \* Custos e despesas operacionais - foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da Companhia. \* Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pelo passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados pela taxa de desconto nominal de 10,71% (9,06% em 31 de dezembro de 2023). As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável da UGC tendo como base o Plano de Negócios 25-29 aprovado em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 4 de fevereiro de 2025. Como resultado do teste, não foi constatado a necessidade de reconhecimento de *impairment*.

**11. Fornecedores e outras contas a pagar**

Fornecedores diversos

Fornecedores - risco sacado (\*)

Operações mensais - partes relacionadas

Circulante

Não circulante

**Total**

(\*) Não há alteração de prazos e condições de pagamento. A Companhia classificou os valores de risco sacado em linha específica no balanço patrimonial.

**12. Empréstimos e financiamentos:** 12.1. Política Contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

**12.2. Composição**

**Linha de Crédito**

Financiamento BNDES - partes relacionadas

Mútuo - partes relacionadas

Conta corrente - partes relacionadas

(-) Custo de transação

Circulante

Não circulante

**Total**

(\*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento. **12.3. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants):** Os índices financeiros relativos ao cumprimento de cláusula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos desses índices periodicamente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não tinha obrigatoriedade de cumprimento de *covenants*.

**13. Debêntures:** 13.1. Política contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o

período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

**13.2. Composição**

**Linha de crédito**

Debêntures 2ª emissão

Debêntures 3ª emissão

Igua Saneamento S.A.

Debêntures 4ª emissão - Igua Saneamento S.A.

Debêntures 5ª emissão - Igua Saneamento S.A.

Debêntures 6ª emissão - Igua Saneamento S.A.

Debêntures 7ª emissão - Igua Saneamento S.A.

(-) Custo de transação

Circulante

Não circulante

**Total**

(\*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento. **13.3. Garantias:** As garantias das debêntures emitida pela Companhia, consistem na cessão fiduciária dos direitos provenientes do contrato de concessão, alienação fiduciária das ações e fiança corporativa da Igua Saneamento S.A..

**13.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants):** Os índices financeiros são verificados com base nas datas estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes. A Administração acompanha os cálculos deste índice periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com as cláusulas de *covenants*. Os índices financeiros devem ser observados, conforme abaixo:

**Índices financeiros**

Dívida Líquida/Ebitda Ajustado menor ou igual a 3,50x.

**13.5. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de empréstimos, financiamentos e debêntures**

**Empréstimos e financiamentos**

**Debêntures**

**Total**

**Saldo em 1º de janeiro de 2023**

**Variações dos fluxos de caixa de financiamento**

Captação

Conta corrente - partes relacionadas

Amortização de principal

**Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento**

**Outras variações**

Provisão de juros

Pagamento de juros

**Total de outras variações**

**Saldo em 31 de dezembro 2023**

**Variações dos fluxos de caixa de financiamento**

Captação

Amortização de principal

Amortização conta corrente - partes relacionadas

**Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento**

**Outras variações**

Conversão de mútuo em capital

Provisão de juros

Pagamento de juros

**Total de outras variações**

**Saldo em 31 de dezembro 2024**

**14. Provisão para perdas com causas judiciais:** 14.1. Política contábil: As provisões para as perdas decorrentes de litígios classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, já as contingências relativas a litígios cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nessa nota explicativa. A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a mensuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **14.2. Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes:** a) Ambiental: As ações ambientais estão relacionadas a processos administrativos e judiciais perante órgãos ambientais Municipais, Estaduais, Federais e o Ministério Público, acerca de questões como licenciamento ambiental, outorgas, lançamento e pagamento de efluentes das operações. b) Civil: As ações civis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros, pleiteando indenizações por danos morais e materiais, questionamento dos valores faturados e questionamentos sobre a metodologia de cobrança de tarifas. c) Trabalhista: As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas por ex-empregados da Companhia, ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas, danos morais, horas-extras e sobreaviso, escala de revezamento, adicionais de insalubridade, periculosidade e desvio de função.

**14.3. Composição**

**Saldo em 31 de dezembro de 2023**

Adições

Reversões

Pagamentos

**Saldo em 31 de dezembro de 2024**

As contingências passivas não registradas nas demonstrações financeiras são de natureza civil, trabalhista, tributária e ambiental avaliadas com apoio de assessores jurídicos como sendo de risco possível e montam na Companhia uma estimativa de:

**Natureza**

31 de dezembro de 2024	Fluxo		12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 67 meses
	Valor contábil	de caixa contratual						
Fornecedores e outras contas a pagar	20.616	20.616	20.616	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	144.577	167.654	-	167.654	-	-	-	-
Debêntures (*)	355.173	482.902	76.092	188.717	52.109	53.791	55.303	56.890
<b>Total</b>	<b>520.366</b>	<b>671.172</b>	<b>96.708</b>	<b>356.371</b>	<b>52.109</b>	<b>53.791</b>	<b>55.303</b>	<b>56.890</b>

  

31 de dezembro de 2023	Fluxo		12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 79 meses
	Valor contábil	de caixa contratual						
Fornecedores e outras contas a pagar	17.732	17.732	17.308	424	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	171.754	187.390	1.506	-	185.884	-	-	-
Debêntures (*)	346.918	482.690	49.544	75.710	150.708	51.435	51.500	103.793
<b>Total</b>	<b>536.404</b>	<b>687.812</b>	<b>68.358</b>	<b>76.134</b>	<b>336.592</b>	<b>51.435</b>	<b>51.500</b>	<b>103.793</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. iv) *Risco de preço*: As tarifas são atualizadas por uma fórmula paramétrica que busca limitar eventual desequilíbrio entre matriz de custo e faturamento. Existe risco de determinação de reajuste de forma arbitrária, diferente do previsto no contrato de concessão, que pode gerar desequilíbrios financeiros no curto prazo, mas, no longo prazo, esses eventos tendem a ser equacionados através de mediação, regulação ou processo judicial para reestabelecer condição econômico-financeira do contrato. v) *Risco de mercado*: Risco de afetar o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. *Risco de taxa de juros*: As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e IPCA. *Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável*: Com base no saldo das aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Instrumentos	Exposição em 2024	Risco	Cenários										
			Provável	Apreciação das taxas			Depreciação das taxas						
				Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%		Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%					
					Valor	Valor		Valor	Valor				
<b>Ativos financeiros</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras	24.226	CDI	15,26	3,697	19,08	4,622	22,89	5,545	11,44	2,771	7,63	1,848	
Depósitos bancários vinculados	25.176	CDI	15,41	3,880	19,26	4,849	23,12	5,821	11,56	2,910	7,70	1,939	
<b>Total</b>	<b>49.402</b>	-	-	<b>7.577</b>	-	<b>9.471</b>	-	<b>11.366</b>	-	<b>5.681</b>	-	<b>3.787</b>	
<b>Passivos financeiros</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos - partes relacionadas	(144.577)	CDI	15,41	(22.879)	19,26	(27.846)	23,12	(33.426)	11,56	(16.713)	7,70	(11.132)	
Debêntures 2ª emissão	(223.949)	IPCA	8,43	(18.879)	10,54	(23.604)	12,65	(28.330)	6,32	(14.154)	4,21	(9.428)	
Debêntures 3ª a 7ª emissão - Iguá Saneamento	(131.224)	CDI	15,41	(21.282)	19,26	(25.274)	23,12	(30.339)	11,56	(15.167)	7,70	(10.104)	
<b>Total</b>	<b>(499.750)</b>	-	-	<b>(61.380)</b>	-	<b>(76.274)</b>	-	<b>(92.095)</b>	-	<b>(46.034)</b>	-	<b>(30.664)</b>	
<b>Total dos ativos e passivos financeiros líquidos</b>	<b>(450.348)</b>	-	-	<b>(53.803)</b>	-	<b>(67.253)</b>	-	<b>(80.729)</b>	-	<b>(40.353)</b>	-	<b>(26.877)</b>	
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>	<b>(450.348)</b>	-	-	<b>(53.803)</b>	-	<b>(67.253)</b>	-	<b>(80.729)</b>	-	<b>(40.353)</b>	-	<b>(26.877)</b>	

Fontes: as informações das taxas foram extraídas das seguintes fontes: IPCA e CDI - B3, projeção para os próximos doze meses.

**18. Partes relacionadas:** **18.1. Política:** As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações. **18.2. Composição:** a) Remuneração de pessoal-chave da Administração: A Companhia obtém serviços de pessoal-chave da administração diretamente de sua Controladora e não há valores incorridos pela Companhia por esses serviços. b) **Transações com partes relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Em contas a receber e outras recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures</b>	(Nota 9)	(Nota 9)	(Nota 11 a 13)	(Nota 11 a 13)	-	-
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	588	-	(3.185)	(2.877)
Repasse de recursos e custos - CSC	(b)	3	117	393	482	79
Locação de Equipamentos - Fluxx.ia	(c)	-	69	14	(349)	(286)
Conta corrente	(d)	-	-	5.000	-	-
Mútuos	(e)	-	144.577	170.314	(24.263)	(25.384)
BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social	(f)	-	-	1.440	(59)	(205)
Debêntures Circulante	(g)	-	131.224	98.101	(15.124)	(11.803)
Não circulante	-	3	117	23.387	1.512	-
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>117</b>	<b>276.851</b>	<b>275.351</b>	<b>(42.901)</b>	<b>(41.234)</b>

a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço. b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço. c) Refere-se a locação de hidrômetros inteligentes da Companhia do grupo Fluxx.ia Medição Inteligente S.A. d) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente. e) Refere-se a contratos de mútuo entre a Companhia e sua controladora, com incidência de juros fixos de 4% ao ano + 100% do CDI. f) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota

explicativa nº 12. g) Refere-se a debêntures privadas, não conversíveis em ações, emitidas em 22 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 40.000 com vencimento em 22 de janeiro de 2026, debêntures emitidas em 21 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 20.000 com vencimento em 23 de dezembro de 2026, debêntures emitidas em 11 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 5.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2025, debêntures emitidas em 08 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 14.300 com vencimento em 08 de dezembro de 2025 e debêntures emitidas em 18 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 18.000 com vencimento em 18 de dezembro de 2026. Todas com remuneração fixa de 4% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas diárias dos DI. **19. Seguros:** A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia. **20. Compromissos:** a) *Decorrente do direito de outorga variável:* Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde ao percentual de 0,5% da arrecadação obtida mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido o montante de R\$543 (R\$504 em 31 de dezembro de 2023). b) *Taxa de regulação:* Refere-se a taxa que deverá ser recolhida por meio da aplicação da alíquota de 3,5% sobre o total da arrecadação obtida mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido o montante de R\$3.804 (R\$3.526 em 31 de dezembro de 2023). c) *Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão:* A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). **21. Transações não envolvendo caixa:** Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa: a) As adições abaixo foram adquiridas com base em termos de pagamento diferido, cuja liquidação ainda está em aberto no final do exercício:

	2024	2023
Aquisição de intangível a prazo	8.559	9.582
A Companhia também realizou pagamentos referente a aquisição de intangível a prazo adquirido em exercícios anteriores:		
	2024	2023
	(8.848)	-
Pagamento referente aquisição de intangível a prazo	-	-
b) A Companhia realizou a conversão de parte do saldo de mútuos a pagar em capital social com a controladora Iguá Saneamento S.A., operação que não impactou caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado abaixo:	2024	2023
	(50.000)	-

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

A ocorrência e exatidão das transações. iv) Para a estimativa da receita a faturar de volumes consumidos, verificação dos dados e critérios adotados pela Companhia, bem como a uniformidade dos critérios em relação ao adotado no ano anterior e recálculo da receita a faturar em 31 de dezembro de 2024, bem como teste de inspeção documental, por meio de base amostral, para exame da fatura e da liquidação subsequente da receita a faturar. v) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos sobre os processos de reconhecimento de receita de prestação de serviço de água e esgoto, bem como ajustes imateriais, que nos levaram a alterar a natureza e extensão de nossos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. A Diretoria, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos as receitas reconhecidas provenientes de prestação de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura da concessão - Intangível, ativo de contrato e outorga da concessão:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha registrados saldos de ativos intangíveis de concessão, ativo de contrato e outorga da concessão, divulgados na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, com os montantes de R\$352.904 mil, R\$24.873 mil e R\$22.543 mil, (R\$335.655 mil, R\$18.120 mil e R\$23.634 mil em 31 de dezembro de 2023), respectivamente que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura. Os ativos intangíveis de concessão são reconhecidos à medida em que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos através da cobrança dos serviços prestados via tarifa. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. A outorga da concessão, por sua vez, refere-se ao montante pago em decorrência do contrato de concessão, a qual é amortizada linearmente pelo prazo de concessão. A mensuração da infraestrutura da concessão contempla o método de custo acrescido de margem, em atendimento à Interpretação Técnica ICPSP 01 (R1) / IFRIC 12 - Contrato de Concessão e, é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; (ii) as especificidades atreladas à mensuração e ao processo de capitalização de gastos com a infraestrutura da concessão, que envolve determinado grau de julgamento por parte da Diretoria na alocação entre custo capitalizável e despesas de manutenção; e (iii) ao alto grau de julgamento necessário para a avaliação de recuperabilidade dos ativos, o que envolve análises de premissas subjetivas. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) Avaliação do desenho e da implementação de controles internos relevantes relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão. ii) Execução de procedimentos de auditoria sobre a análise de recuperabilidade dos ativos recuperável pela Companhia, a fim de avaliar se não haveria indicativos de redução ao valor preparável a ser reconhecido em 31 de dezembro de 2024. Como parte desses procedimentos, desafiamos as estimativas e premissas de negócio relevantes, como crescimento de receita, custos, despesas, envolvemos os especialistas na avaliação do modelo utilizado para a elaboração das premissas, cálculo matemático e revisão da taxa de desconto, para avaliar se os ativos de infraestrutura da concessão teriam sofrido desvalorização. iii) Execução de teste, em base amostral, sobre as adições, com a finalidade de avaliar a ocorrência, valorização e natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas, inspecionando a correspondente documentação suporte. iv) Execução de teste, em base amostral, sobre as transferências efetuadas de ativo de contrato (obras em andamento) para intangível, com a finalidade de avaliar a exatidão do momento de início da amortização. v) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas ao processo de capitalização dos ativos, bem como ajustes imateriais, que nos levaram a alterar a natureza e extensão de nossos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. A Diretoria, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados materiais. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitável o processo de reconhecimento da infraestrutura da concessão - intangível, ativo de contrato e outorga da concessão no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas do IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladoras são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: \* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do

Aos Acionistas e Diretores da **Paranáguá Saneamento S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Paranáguá Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranáguá Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas do IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e não a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Receita de prestação de serviço de água e esgoto - Por que é um PAA:* Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, às demonstrações financeiras, as receitas provenientes de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são de R\$111.755 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$102.171 mil em 2023). O processo de reconhecimento dessas receitas envolve um grande volume de transações e possuem uma base pulverizada de clientes. Adicionalmente, o reconhecimento dessas receitas inclui as estimativas de volumes consumidos e ainda não faturados, calculadas a partir da última data de leitura de consumo até a data do balanço patrimonial, utilizando de forma preliminar premissas definidas pela Companhia. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido (i) a relevância dos montantes envolvidos; (ii) ao julgamento relevante exercido pela Diretoria no reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo a estimativa da mensuração da receita não faturada; e (iii) o alto volume de transações que ocorrem mensalmente. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) Avaliação do desenho e da implementação de controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento da receita, incluindo o envolvimento dos especialistas de TI para avaliação dos controles gerais do ambiente de tecnologia e os controles automatizados relacionados a receita. ii) Execução de projeções independentes com base em premissas históricas realizadas de receita, volume vendido e quantidade de clientes, com base no resultado obtido, comparação com os registros contábeis da Companhia. iii) Execução de teste, em base amostral, sobre as receitas de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ocorridas no exercício, a fim de avaliar

**Eric Wormann Maffazzoli** Diretor

**Wagner Antonio de Souza Junior** Diretor

**Contador: Thiago Araujo Barner - CRC/SP nº 1MG-103727/O-0**

que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as di-

vulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, conside-

ravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 28 de março de 2025

**Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes Ltda.** - CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Manoel P. da Silva - Contador** - CRC nº 1 SP 205664/O-2

## Paranagua Saneamento - Balanço 2024 compressed 1 pdf

Código do documento 3f98b811-4bc0-46a4-88bc-9c6d4e286a0e



### Assinaturas



FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126  
Certificado Digital  
comercial@folhadolitoral.com.br  
Assinou

### Eventos do documento

#### 01 Apr 2025, 17:41:22

Documento 3f98b811-4bc0-46a4-88bc-9c6d4e286a0e **criado** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email:comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE\_ATOM: 2025-04-01T17:41:22-03:00

#### 01 Apr 2025, 17:41:52

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email: comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE\_ATOM: 2025-04-01T17:41:52-03:00

#### 01 Apr 2025, 17:42:13

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126

**Assinou** Email: comercial@folhadolitoral.com.br. IP: 177.220.181.233

(233.181.220.177.dynamic.liggetelecom.com.br porta: 15028). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-

Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,OU=A1,CN=FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126. - DATE\_ATOM: 2025-04-01T17:42:13-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):dc53090ba200922046c7e0c7a6cdee7865eab1f452c47f99b9ffd59ddd07eed5

(SHA512):8c38481a5e8574ec3ada8512f179cf48dfa70481aa82f6201fd5a00fa70bafc2d653fd772a6234162c2342a85900e977e0cb1d392441499965d2968e3c76eca3

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.